



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Edital da Concorrência 01/2015

Processo Administrativo nº 1.32.000.000601/2015-48

1. APRESENTAÇÃO

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação interposto pela empresa MM ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 00.579.733/0001-22, localizada na Avenida Djalma Batista, nº53, Bairro São Geraldo, Manaus/AM, representada nesse ato pelo Sr. Andrew Oda, ora impugnante, que vem, respeitosamente, com fulcro nos §§ 1º e 2º do Artigo 41 da Lei nº 8.666/93, apresentar IMPUGNAÇÃO referente ao Edital de Concorrência 01/2015, com data da sessão marcada para dia 23 de novembro de 2015, às 09h00 (Horário de local de Boa Vista/RR), cujo o objeto é a Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção do edifício-sede da Procuradoria da República no Município de Boa Vista no Estado de Roraima, em terreno localizado na Avenida General Sampaio, s/nº, Bairro 13 de Setembro, com múltiplos pavimentos, conforme elementos técnicos constantes do Projeto Executivo, Cadernos de Encargos, Especificações Técnicas, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos do edital, pelas razões de fato e de direito expostas no requerimento, anexo.

2. DA ADMISSIBILIDADE

Nos termos do disposto no §§ 1º e 2º do Artigo 41 da Lei nº 8.666/93, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113, bem como decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Desse modo, observa-se que a IMPUGNANTE encaminhou sua petição, via e-mail prrr-cpl@mpf.mp.br (Anexo I – Cópia do e-mail), no dia 04 de novembro de 2015, às 11h15m:47s (horário do e-mail), e, considerando que a abertura da sessão pública está agendada para o dia 23 de novembro de 2015, às 09h:00m:00s (Horário de local de Boa Vista/RR), a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

3. DA RESPOSTA

A empresa alega não ser possível a alocação de equipe técnica para compor a Administração Local nos coeficientes estabelecidos na planilha analítica.

A metodologia utilizada na elaboração da planilha orçamentária de referência respeita os limites legais de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Entretanto, a unidade de medida do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

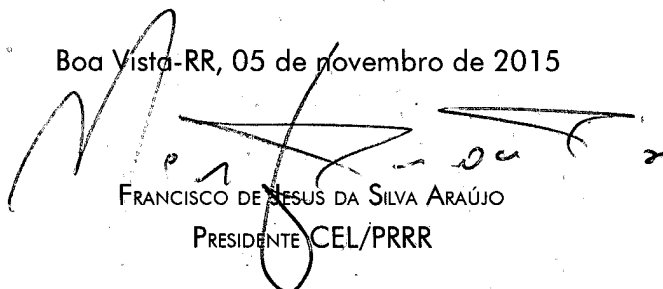
serviço "Administração Local" (planilha sintética) é percentual (%), ou seja, o coeficiente na composição representa a quantidade de horas empregadas para execução de 1% do serviço. O exemplo proposto pela empresa quantifica o serviço por unidade de tempo, no caso específico, mês, o que justifica a diferença encontrada. Utiliza-se essa metodologia de composição de custos devido ao critério de medição ser proporcional ao serviço executado na obra, e não mensal. Verificar cronograma.

4. DA DECISÃO

Dessa forma, essa Comissão Especial de Licitação conclui não ser procedente e INDEFERE o pedido de impugnação da licitante e adotará as seguintes medidas:

- 1 - Manter a data da Sessão Pública – 23/11/2015;
- 3 – Dar ciência à IMPUGNANTE;
- 4 – Publicar o pedido de impugnação e esta decisão nos Sítios:
a) <http://www.prrr.mpf.mp.br/licitacoes/2015/Concorrência/>

Boa Vista-RR, 05 de novembro de 2015



FRANCISCO DE JESUS DA SILVA ARAÚJO
PRESIDENTE CEL/PRRR